

Distribuição de renda e patrimônio no IRPF

Evolução por centis, tipos de rendimento e unidades da Federação

Patrick Andrade

2026-09-23

Índice

1	Escopo	1
2	Evolução nacional	2
3	Tipos de rendimento e tributação	4
3.1	Tributação efetiva	4
4	Bens, direitos e dívidas	6
5	Estados e regiões	6
6	Robustez	7
6.1	Dependência do grupo mais alto	9
7	Limitações	9
8	Fontes	9
	Bibliografia	9

1 Escopo

Este relatório descreve a distribuição dos rendimentos, do imposto e dos bens informados em declarações válidas do IRPF. Os dados não abrangem diretamente toda a população brasileira e uma declaração pode incluir titular, dependentes e declaração conjunta [1].

A série principal cobre 2017–2024 e utiliza RB4 como conceito central: rendimentos tributáveis, isentos e sujeitos à tributação exclusiva ou definitiva, retiradas as transferências patrimoniais. Todos os índices são aproximações construídas com dados agrupados.

i Como ler os gráficos

Os títulos resumem o padrão observado; eixos, período e unidade definem a medida. Legendas e notas registram escolhas de escala e ressalvas necessárias à comparação.

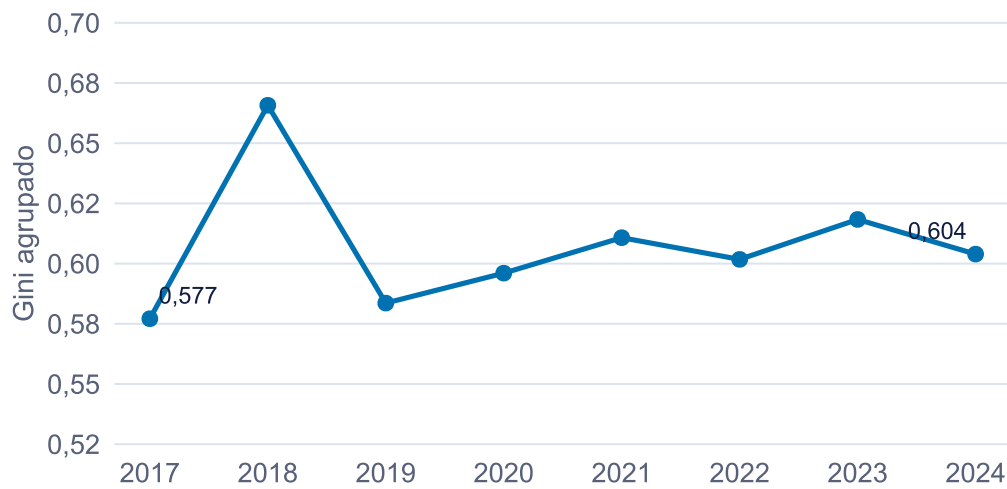
2 Evolução nacional

⚠ Atenção à comparação com 2018

O ano-calendário de 2018 aparece destacado em todas as séries nacionais. A causa está documentada em limitações: um único grupo, o top 0,01%, traz na fonte oficial valores muito acima dos anos vizinhos. Os números são preservados como publicados, e a seção de robustez mostra as mesmas séries calculadas sem esse grupo.

Gini da renda declarada: 2024 acima de 2017

Gini agrupado da RB4, Brasil; valores inicial e final rotulados.



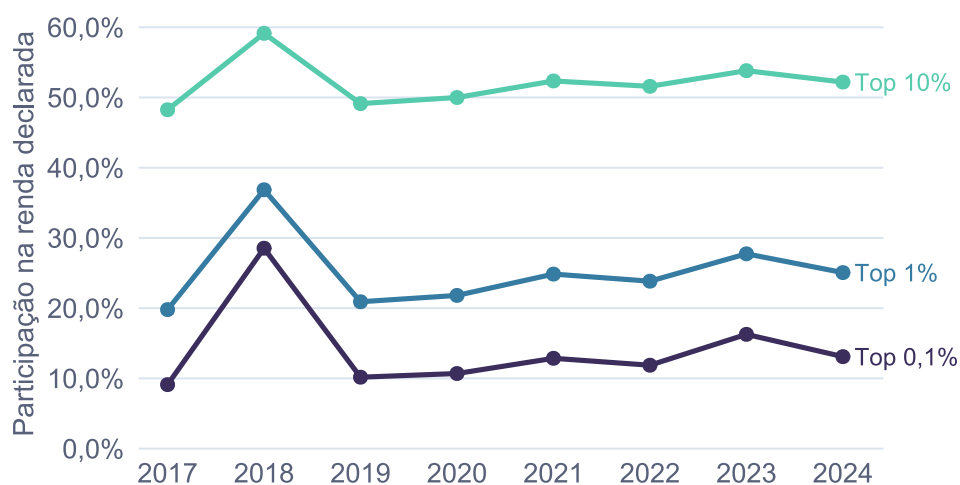
Estimativa com dados agrupados do IRPF.

Figura 1: Gini agrupado da RB4 entre declarantes do IRPF, Brasil, anos-calendário 2017–2024 (índice de 0 a 1)

A faixa dos limites de Gastwirth está desenhada, mas é estreita demais para ser percebida: a distância entre o limite inferior e o superior do Gini é da ordem de 0,0002. A indeterminação que os dados agrupados deixam neste indicador é, portanto, muito menor que a variação entre anos.

O 1% mais rico ampliou sua fatia da renda declarada

RB4, Brasil. Grupos aninhados: top 10%, top 1% e top 0,1%.



Grupos disjuntos no cálculo; estimativa com dados agrupados do IRPF.

Figura 2: Participação dos grupos superiores na RB4 declarada, Brasil, anos-calendário 2017-2024 (%)

3 Tipos de rendimento e tributação

Os componentes permitem acompanhar rendimentos do trabalho e empresariais, aplicações financeiras, lucros e dividendos, rendimentos isentos, deduções e imposto devido. Comparações intertemporais somente são apresentadas quando o dicionário anual confirma equivalência semântica.

Tipo de rendimento	Valor (R\$ de 2024)	Participação no recorte
Lucros e dividendos	R\$ 813.217.757.768	19,5%
Rendimentos de aplicações financeiras	R\$ 209.620.869.033	5,0%
Rendimento de sócio ou titular do Simples	R\$ 301.918.512.051	7,2%
Rendimentos de pessoa jurídica pelo titular	R\$ 2.855.892.797.299	68,3%

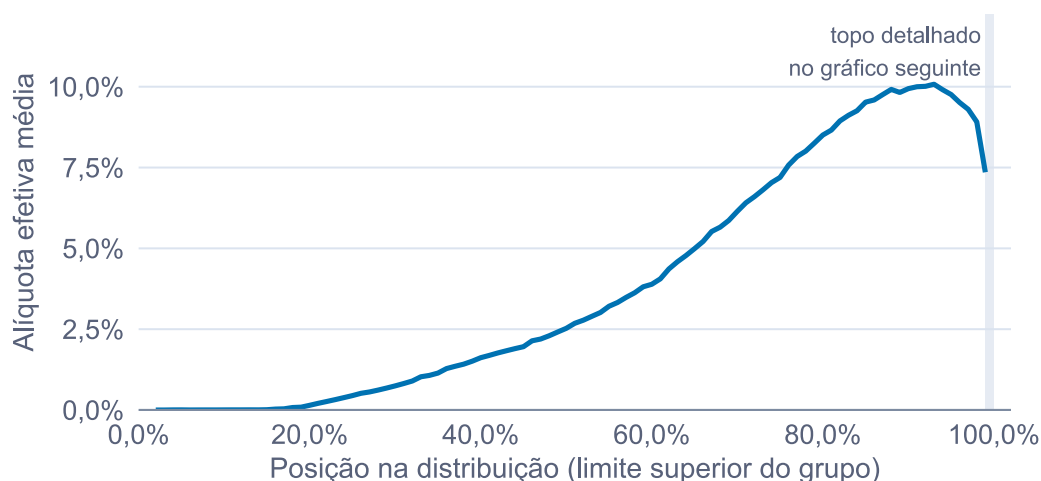
A participação nesta tabela usa a soma dos quatro componentes exibidos como denominador, não toda a renda RB4.

3.1 Tributação efetiva

A alíquota efetiva média divide o imposto devido pela renda RB4 de cada grupo da distribuição. Como a RB4 inclui rendimentos isentos e sujeitos à tributação exclusiva, a curva mede a carga sobre a renda ampla declarada — leitura na linha de S. W. Gobetti e R. O. Orair [2] sobre a progressividade limitada do IRPF no topo. Por serem médias de grupos, as alíquotas não captam a variação interna a cada grupo.

Alíquota efetiva cresce até o percentil 90

Imposto devido / renda RB4 do grupo, Brasil, 2024.



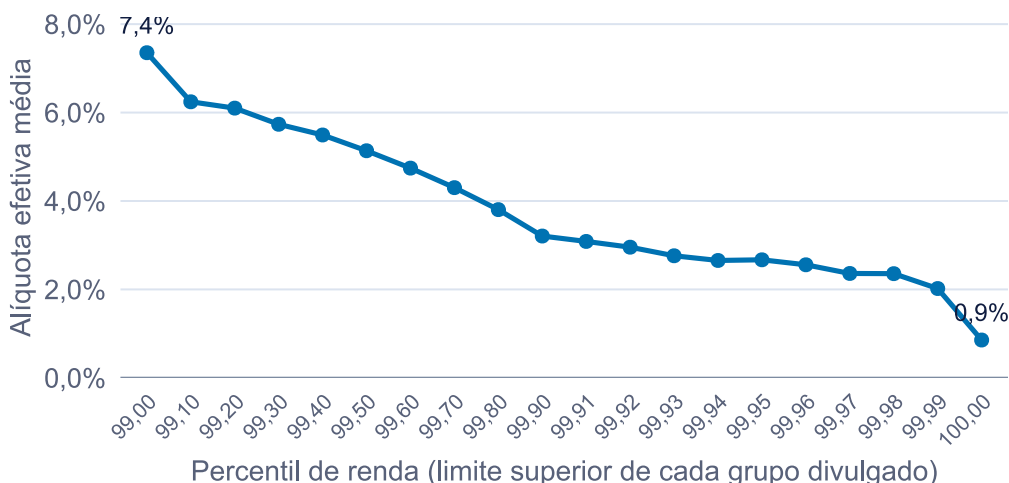
Imposto devido dividido pela renda RB4 do grupo; média de cada grupo.

Figura 3: Alíquota efetiva média por posição na distribuição da RB4, ano mais recente

O último por cento da distribuição concentra 20 grupos divulgados, que em escala de percentil ocupariam 1% da largura do gráfico acima. O gráfico seguinte dá a cada um desses grupos a mesma largura.

No topo, a alíquota efetiva recua

Vinte grupos disjuntos em eixo ordinal, Brasil, 2024.



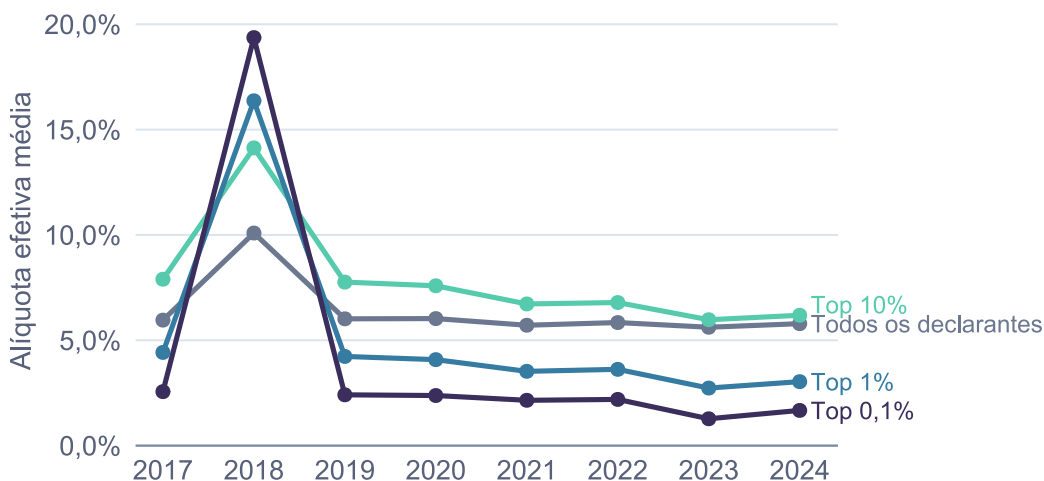
Vinte grupos disjuntos com a mesma largura no eixo: os dez décimos do top 1% e os dez do 1%

Figura 4: Alíquota efetiva média nos vinte grupos disjuntos do topo, ano mais recente

A queda decorre da composição da renda no topo: rendimentos isentos e sujeitos à tributação exclusiva ganham peso conforme se sobe na distribuição, e a RB4 os inclui. É a leitura de S. W. Gobetti e R. O. Orair [2] sobre a progressividade limitada do IRPF nos estratos superiores.

Alíquota do topo cai; a geral fica estável

Imposto devido / renda RB4 por grupo, Brasil.



Imposto devido dividido pela renda RB4 do grupo; dados agrupados.

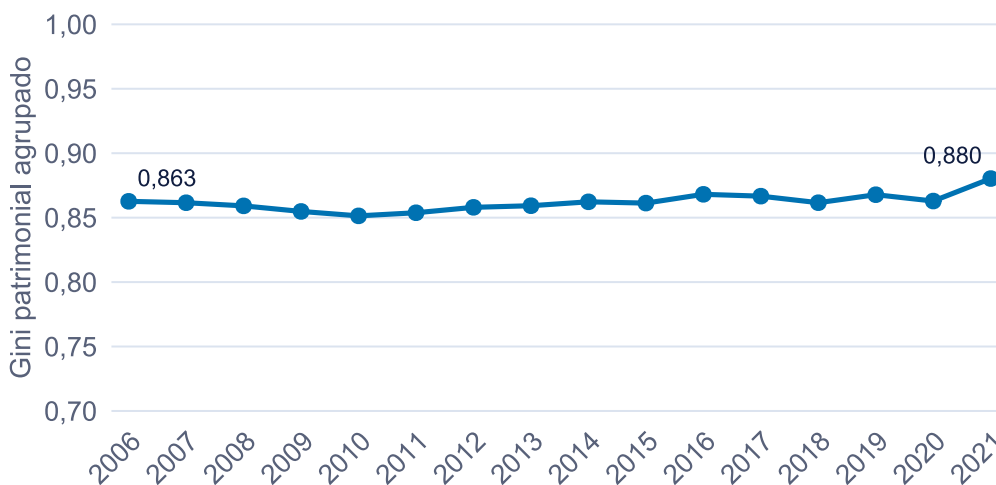
Figura 5: Evolução da alíquota efetiva média por grupos da distribuição

4 Bens, direitos e dívidas

Nos arquivos ampliados, os bens são observados ao longo de uma distribuição ordenada por renda. Portanto, esta parte mede **concentração patrimonial ao longo da distribuição de renda**, não uma distribuição ordenada diretamente pelo patrimônio. A análise de desigualdade patrimonial em sentido estrito utiliza a coleção nacional específica de 2006–2021 [3].

Gini patrimonial alto e quase estável

Bens e direitos, Brasil; ordenação direta. Eixo de 0,70 a 1,00.



Estimativa com dados agrupados do IRPF.

Figura 6: Gini patrimonial agrupado com ordenação direta por bens e direitos, Brasil, 2006–2021 (índice de 0 a 1)

Em dezesseis anos a série varia menos de 0,03 ponto de Gini, num patamar muito alto. A escolha de mostrar o eixo de 0,70 a 1,00, e não a faixa estreita ocupada pelos dados, é deliberada: numa escala ajustada ao dado, essa estabilidade apareceria como oscilação acentuada.

5 Estados e regiões

Cada UF é ordenada separadamente. Os indicadores estaduais comparam o formato interno das distribuições, e não pessoas situadas nos mesmos limites monetários nacionais.

A tabela reúne as UFs em ordem decrescente do Gini agrupado da RB4 no último ano. A renda média está em reais de 2024.

UF	Declarantes	Renda média	Gini	Top 1%
São Paulo	13.058.035	R\$ 154.061	0,636	29,7%
Mato Grosso	828.233	R\$ 135.667	0,623	29,3%
Rio de Janeiro	3.657.486	R\$ 155.791	0,610	22,8%
Paraná	2.818.144	R\$ 135.801	0,600	25,0%
Amazonas	469.104	R\$ 127.759	0,599	27,6%

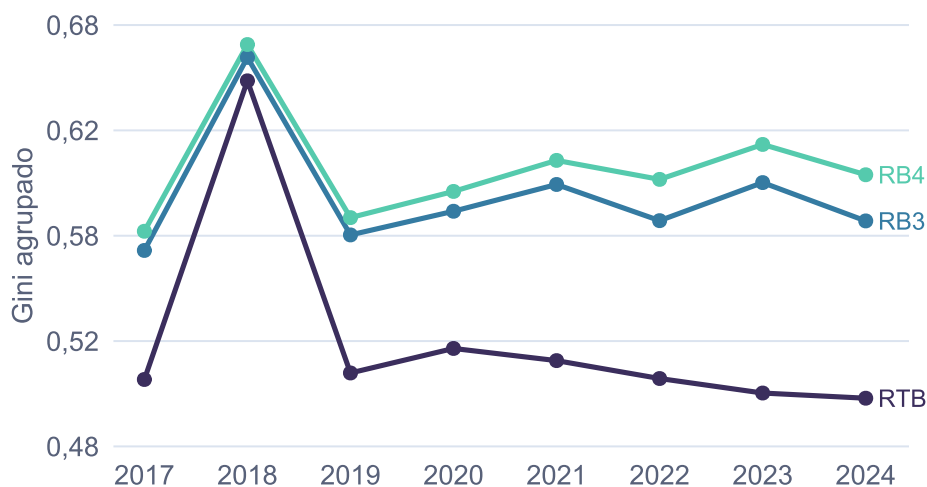
UF	Declarantes	Renda média	Gini	Top 1%
Mato Grosso do Sul	614.917	R\$ 131.698	0,596	24,2%
Goiás	1.395.550	R\$ 124.307	0,586	23,3%
Distrito Federal	889.007	R\$ 200.408	0,583	18,5%
Santa Catarina	2.153.309	R\$ 132.756	0,583	24,1%
Espírito Santo	808.410	R\$ 130.607	0,583	21,8%
Minas Gerais	4.131.037	R\$ 130.762	0,583	22,7%
Rio Grande do Sul	2.863.637	R\$ 136.268	0,581	22,5%
Ceará	958.715	R\$ 125.127	0,580	22,0%
Pernambuco	1.104.466	R\$ 127.098	0,580	22,5%
Bahia	1.654.662	R\$ 117.931	0,566	20,3%
Sergipe	285.762	R\$ 133.604	0,566	20,8%
Paraíba	459.384	R\$ 123.089	0,558	19,2%
Alagoas	352.772	R\$ 117.957	0,556	18,9%
Tocantins	248.973	R\$ 113.347	0,555	18,6%
Rondônia	294.128	R\$ 113.568	0,547	19,6%
Piauí	351.186	R\$ 111.443	0,543	19,2%
Rio Grande do Norte	423.525	R\$ 124.810	0,532	15,4%
Pará	893.539	R\$ 110.247	0,522	15,9%
Maranhão	622.922	R\$ 99.079	0,520	17,4%
Roraima	92.744	R\$ 118.756	0,517	14,0%
Amapá	105.535	R\$ 122.326	0,487	12,6%
Acre	105.148	R\$ 113.198	0,484	13,8%

6 Robustez

Os indicadores centrais são recalculados sob conceitos alternativos de renda — RTB (rendimento tributável bruto), RB3, RB4 e RB5 — para verificar se as conclusões dependem da definição adotada. As séries abaixo usam as mesmas geografias, grupos e método de agrupamento; diferenças de nível refletem apenas o conceito de renda.

Conceito de renda muda o nível do Gini

RTB, RB3 e RB4, Brasil. Conceitos aninhados: RTB $\square$ RB3 $\square$ RB4.

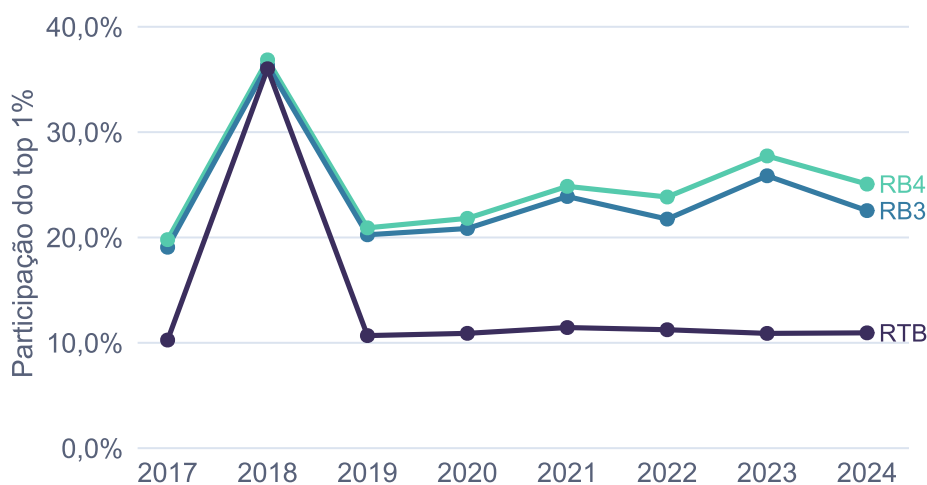


RTB, RB3 e RB4 são definições sucessivamente mais amplas de renda declarada; ver Metod

Figura 7: Gini agrupado nacional sob conceitos alternativos de renda

Renda mais ampla amplia a fatia do topo

Participação do top 1% sob RTB, RB3 e RB4, Brasil.



RTB, RB3 e RB4 são definições sucessivamente mais amplas de renda declarada; ver Metod

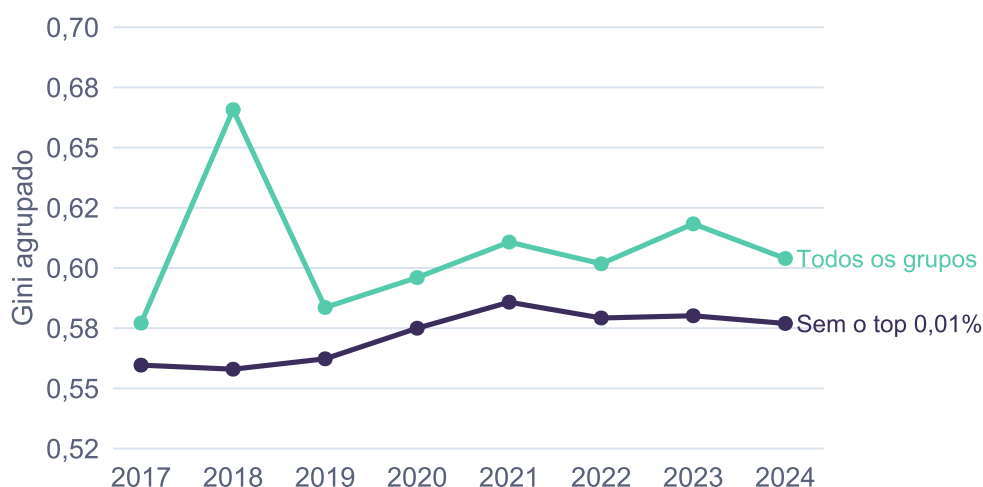
Figura 8: Participação do top 1% nacional sob conceitos alternativos de renda

A RB5 fica fora destes painéis: com o top 1% acima de 65%, ela comprimiria a variação de RTB, RB3 e RB4 — que é justamente o contraste em exame. Os valores da RB5 constam de `distribution-metrics.parquet`.

6.1 Dependência do grupo mais alto

O grupo do top 0,01% altera a série do Gini

RB4 com todos os grupos e sem o grupo 120, Brasil.



O grupo 120 reúne 0,01% das declarações. Valores de 2018 conferidos contra o arquivo oficial.

Figura 9: Gini agrupado da RB4 com e sem o grupo do top 0,01%

O grupo 120 reúne cerca de 4 mil declarações entre mais de 41 milhões. Retirá-lo desloca a série inteira e elimina o pico de 2018. Isso não indica erro de cálculo: mede quanto os indicadores de desigualdade dependem do estrato mais alto, e por que a comparação entre anos exige checar a estabilidade da fonte nesse grupo.

Como robustez adicional à ausência de informação intragrupo, o apêndice técnico reporta limites inferior e superior do Gini no espírito de J. L. Gastwirth [4]: o limite inferior corresponde ao trapézio sobre as médias de grupo e o superior à máxima desigualdade interna compatível com médias e limites monetários divulgados. Mudanças associadas a campos não comparáveis ou revisões da base são destacadas, nunca suavizadas automaticamente.

7 Limitações

- Cobertura restrita aos declarantes do IRPF.
- Possibilidade de declarações conjuntas e inclusão de dependentes.
- Ausência de informação dentro dos grupos divulgados.
- Base dinâmica, sujeita a retificações.
- Valores patrimoniais declarados não equivalem necessariamente a preços de mercado.
- Estudo descritivo, sem identificação causal.

8 Fontes

Os arquivos, URLs, datas de recuperação e hashes usados em cada versão ficam registrados no manifesto de fontes e no apêndice técnico.

Bibliografia

- [1] Receita Federal do Brasil, “Distribuição de Renda por Centis — estudo ampliado 2017 a 2024”. Acesso em: 10 de agosto de 2026. [Online]. Disponível em: <https://www.>

gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/distribuicao-da-renda/distribuicao-de-renda-por-centis-estudo-ampliado-2017-a-2023

- [2] S. W. Gobetti e R. O. Orair, "Taxation and Distribution of Income in Brazil: New Evidence from Personal Income Tax Data", *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 2, p. 267–286, 2017, doi: 10.1590/0101-31572017v37n02a01.
- [3] Receita Federal do Brasil, "Distribuição dos Bens e Direitos por Centis, 2006 a 2021". Acesso em: 10 de agosto de 2026. [Online]. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/distribuicao-da-renda>
- [4] J. L. Gastwirth, "The Estimation of the Lorenz Curve and Gini Index", *The Review of Economics and Statistics*, v. 54, n. 3, p. 306–316, 1972, doi: 10.2307/1937992.